

"Dívida *Pública* exige ataque enérgico"

por Maria Angela Jabur
de São Paulo

O endividamento do setor público poderá voltar a crescer somente no mesmo ritmo da inflação e da economia do País. Isto, se as taxas de juros caírem a um patamar de 16% reais ao ano, se as dimensões do setor públicos foram contidas e se os orçamentos monetá-

rios e fiscal foram administrados de forma a permitir uma redução de Cr\$ 30 trilhões, em valores de hoje, no déficit público. A curto prazo, alguns projetos de grande porte, implantados em administrações anteriores poderão maturar, o que poderá significar um aumento de receitas ao governo.

Está é a opinião de Fer-

nando Milliet, presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Em entrevista a este jornal, ele fez questão de frisar, porém, a gravidade do momento atual para a economia do país. "Nós herdamos um problema não administrado no passado, quando suas dimensões eram menores. Se, há cinco ou seis anos, a dívida públi-

ca e a carga tributária, eram de, respectivamente, 25% e 16% do Produto Interno Bruto (PIB), hoje atingiam 50% e 12% do indicador", diz ele.

Tal situação, segundo ele, exige um ataque enérgico e simultâneo em diversos setores da economia. Neste sentido ele aplaudiu as recentes decisões das autoridades econômicas, de reduzirem as taxas de juros, tabelar a margem de lucro dos supermercados e conter o crescimento do setor público. "No Brasil, a inflação é inercial, os preços se ajustam dentro de um determinado ritmo. Mas podem existir choques que acelerem este processo, como a elevação real dos salários ou das taxas de juros".

ENCARGOS

Milliet justificou que isto significa ao sistema financeiro como pelas suas separações no orçamento do país para 1986. "Somente os encargos financeiros da dívida pública atingem Cr\$ 160 trilhões. Uma redução dos juros terá um efeito imagem neste montante." diz ele.